

PARECER MPC/SC
CONTAS GOVERNO DO ESTADO DE SC
EXERCÍCIO 2023

MPC

MINISTÉRIO PÚBLICO
DE CONTAS
SANTA CATARINA

PARECER MPC/SC

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PARECER
MPC/CF/659/2024

PROCESSO
@PCG 23/00738915



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DE CONTAS**
SANTA CATARINA

Diogo Roberto Ringenberg
Procurador-Geral de Contas

Cibelly Farias
Procuradora-Geral Adjunta de Contas
e responsável pela análise das contas
do Governo estadual referentes a 2023

Sérgio Ramos Filho
Procurador de Contas

SUMÁRIO

PARECER EMITIDO PELO MPC/SC	4
HISTÓRICO	5
ENTENDA COMO SE DÁ O PROCESSO DE ANÁLISE DAS CONTAS DO ESTADO	6
COMO É A ESCOLHA DO PROCURADOR QUE ANALISA AS CONTAS?	8
1 RECEITAS E DESPESAS	9
2 BALANÇO PATRIMONIAL	15
3 LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	18
4 CONTROLE DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS	19
5 EDUCAÇÃO	21
6 SAÚDE	23
7 SEGURANÇA PÚBLICA	26
8 FUNDOS ESTADUAIS.....	27
9 EMPRESAS ESTATAIS	30
10 CONTROLE INTERNO – CGE.....	32
11 CONCLUSÃO	33

EXERCÍCIO 2023

PARECER EMITIDO PELO MPC/SC

Conforme o rito estabelecido pelo artigo 68 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, assim como da Instrução Normativa N. TC-0020/2015, cabe ao Ministério Público de Contas a análise e a emissão de parecer sobre as contas do governo do Estado, opinando, ao final, pela sua aprovação ou reprovação. Também é responsabilidade do MPC/SC sugerir apontamentos como ressalvas, determinações e recomendações.

O MPC, por intermédio do parecer emitido pela Procuradora-Geral Adjunta Cibelly Farias, destaca que o abrangente e bem elaborado relatório técnico compreende análise minuciosa do Balanço Geral do Estado, tema complexo em termos de estudo contábil, orçamentário e financeiro, dada a magnitude que envolve todo o fluxo contábil de um Estado.

Em relação às contas governamentais, a procuradora concluiu pelo efetivo cumprimento de todos os limites mínimos de aplicação em educação e saúde, conforme impõe a Constituição Federal, bem como os limites máximos de despesas com pessoal e de endividamento estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Da mesma forma, registra-se os superávits orçamentário e financeiro apresentados no encerramento do exercício de 2023. Considerando tais aspectos, o MPC/SC recomendou a aprovação das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2023.

HISTÓRICO

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2021, o Estado vem cumprindo os limites mínimos de aplicação em educação e saúde, e os limites máximos de despesas com pessoal e de endividamento – obrigações legais que norteiam a presente análise de contas de governo.

Para a Procuradora-Geral Adjunta Cibelly Farias, essa atual realidade é digna de louvor e registro, pois em um passado bem recente foram recorrentes as contas em que o cumprimento das normas constitucionais e legais era a exceção. Muito desse avanço também se deve à diligente atuação deste Tribunal de Contas, em todos os seus setores – área técnica, MPC, Gabinetes e Plenário.

Por isso, a procuradora considera importante fazer esse registro e saudar o bom andamento financeiro do Estado neste primeiro ano de mandato, pois não se trata da fria matemática dos números, mas da competência e do empenho coletivo e permanente do governante e de toda a sua equipe de servidores para a manutenção do equilíbrio fiscal, em respeito ao esforço de cada cidadão catarinense que, com seu trabalho, contribui para a geração de riquezas e de receitas para Santa Catarina.

Esse positivo cenário que se apresenta atualmente também impõe uma certa responsabilidade para a boa manutenção desses números futuramente e é também uma oportunidade para os avanços na análise da gestão governamental. Para além das avaliações quantitativas e legalistas, é necessário averiguar efetivamente a qualidade da gestão, contribuindo para a governança pública do Estado.

ENTENDA COMO SE DÁ O PROCESSO DE ANÁLISE DAS CONTAS DO ESTADO

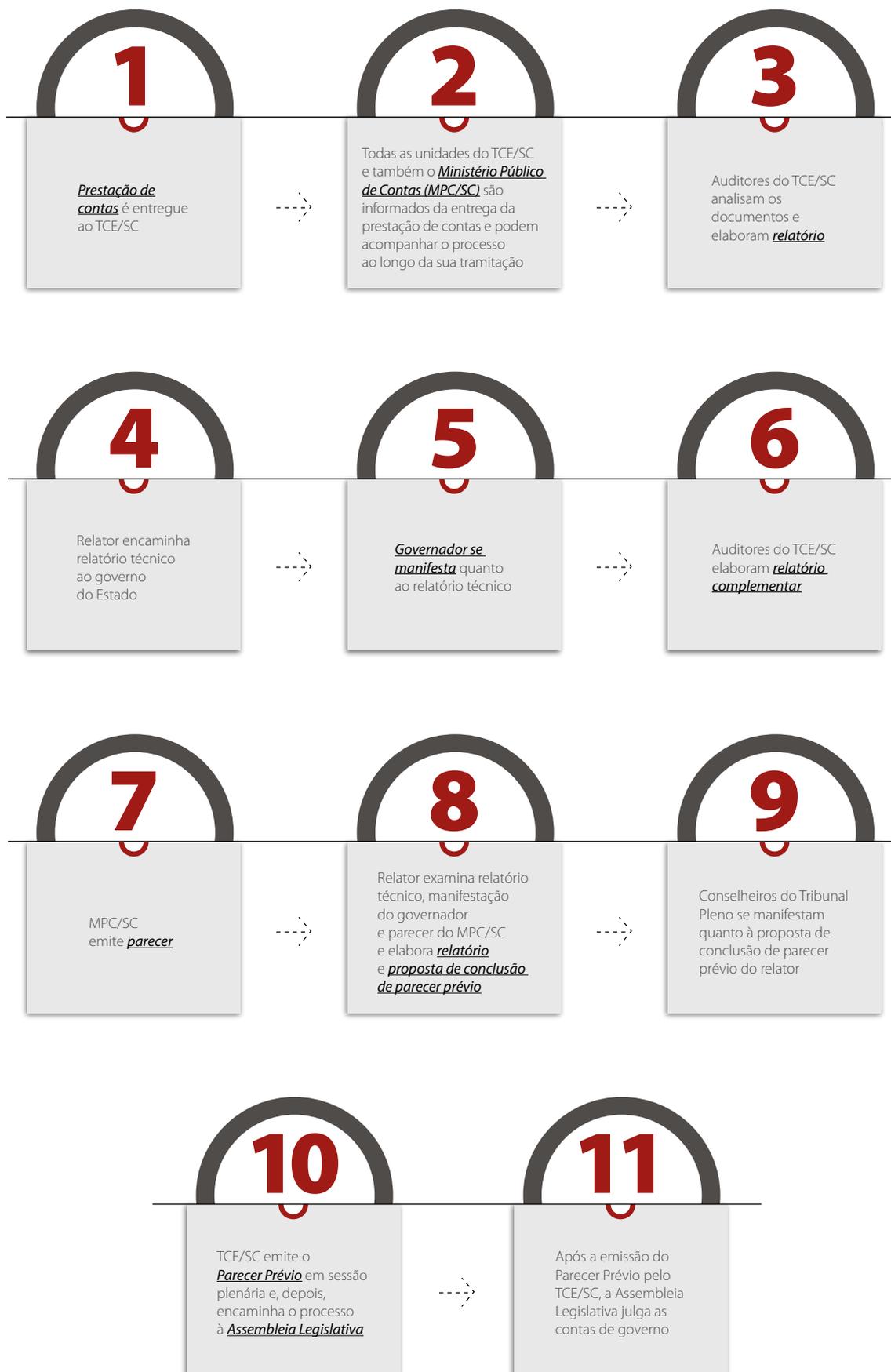
Todos os anos, o governador do Estado deve fornecer informações à Assembleia Legislativa (ALESC) sobre a gestão do dinheiro público do ano anterior, em um prazo de até 60 dias depois da abertura da sessão legislativa. A prestação de contas é feita por meio do Balanço Geral do Estado, composto por informações contábeis e socioeconômicas.

Para julgar as contas do governo, a ALESC recebe orientação técnica do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), que emite um parecer prévio, conforme determina o art. 59 da Constituição Estadual. Esse processo tem várias etapas, que incluem a elaboração de um Relatório Técnico e de diversos pareceres, como o do Ministério Público de Contas (MPC/SC).

A prestação de contas relativa a 2023 se refere ao primeiro ano do mandato do governador Jorginho Mello.



PASSO A PASSO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



Fonte: Regimento Interno do TCE/SC.



COMO É A ESCOLHA DO PROCURADOR QUE ANALISA AS CONTAS?

O procurador que analisa as contas do governo do Estado é definido por meio de sorteio. As regras desse sorteio estão detalhadas na Portaria n. 31/2018. Entre outros aspectos, a Portaria estabelece que o sorteio deve ser realizado até o final do exercício que precede as contas a serem analisadas.

A norma também determina que os procuradores sucessivamente sorteados serão excluídos dos sorteios seguintes, até que todos tenham sido contemplados em iguais condições.

Seguindo essas regras, o presente parecer é de responsabilidade da Procuradora-Geral Adjunta do MPC/SC, Cibelly Farias.

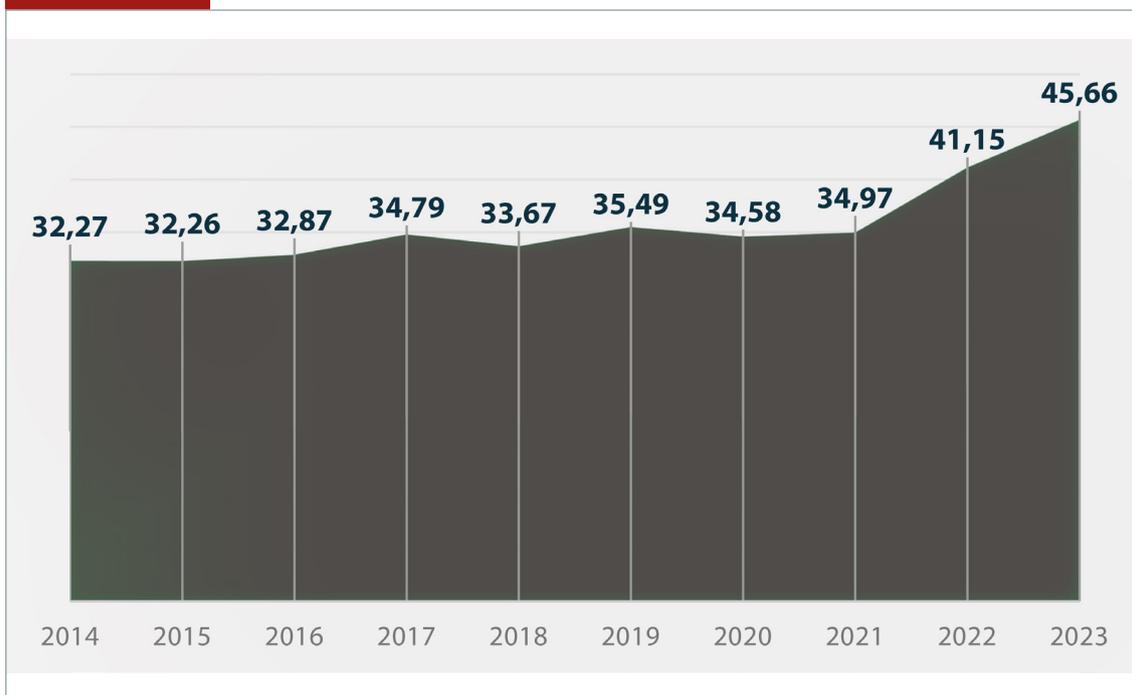
1 RECEITAS E DESPESAS

A Lei Orçamentária Anual de 2023 estimou a receita orçamentária do Estado para o exercício em R\$ 44,12 bilhões, enquanto a arrecadação efetiva foi de R\$ 45,66 bilhões. Portanto, o ingresso de recursos no Estado superou a projeção em 3,48%. Quanto à sua evolução, o total arrecadado em 2023 significa um aumento de 10,96% em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA

(Em R\$ bilhões)



Fonte: Balanço Geral do Estado e Balancete Consolidado Geral de dezembro – exercícios de 2014 a 2023.
Inflator utilizado: IGP-DI (médio).

Já a despesa realizada importou em R\$ 43,93 bilhões (99,57% do valor inicialmente fixado, R\$ 44,12 bilhões), que representou um aumento de 3,87% em relação ao ano anterior. O relatório técnico também apresenta uma análise decenal, mostrando que, em 2014, a despesa total foi de R\$ 31,70 bilhões, com o qual os números de 2023 representam um crescimento de 38,52% nos últimos 10 anos.

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

(Em R\$)

Anos	Despesas Correntes (A)				Despesas de Capital (B)				Total (c)		
	Valor	% sobre 2014	Δ% anual	%(A/C)	Valor	% sobre 2014	Δ% anual	%(B/C)	Valor	% sobre 2014	Δ% anual
2014	27.478.492.547	100,00	-	86,68	4.222.709.390	100,00	-	13,32	31.701.201.936	100,00	-
2015	28.658.166.863	4,29	4,29	87,93	3.935.019.667	-6,81	-6,81	12,07	32.593.186.530	2,81	2,81
2016	29.370.052.215	6,88	2,48	89,74	3.358.012.518	-20,48	-14,66	10,26	32.728.064.733	3,24	0,41
2017	31.639.432.442	15,14	7,73	90,16	3.454.709.329	-18,19	2,88	9,84	35.094.141.771	10,70	7,23
2018	32.156.589.638	17,02	1,63	91,31	3.059.594.654	-27,54	-11,44	8,69	35.216.184.292	11,09	0,35
2019	32.467.489.436	18,16	0,97	92,02	2.817.053.119	-33,29	-7,93	7,98	35.284.542.555	11,30	0,19
2020	29.734.948.284	8,21	-8,42	91,70	2.690.249.102	-36,29	-4,50	8,30	32.425.197.387	2,28	-8,10
2021	30.284.558.264	10,21	1,85	87,67	4.259.884.859	0,88	58,35	12,33	34.544.443.124	8,97	6,54
2022	35.087.143.413	27,69	15,86	82,97	7.203.163.244	70,58	69,09	17,03	42.290.306.657	33,40	22,42
2023	39.800.049.390	44,84	13,43	90,60	4.127.246.268	-2,26	-42,70	9,40	43.927.295.659	38,57	3,87

Fonte: Relatório Execução Orçamentária de 2023 – SIGEF/SC e Parecer Prévio sobre as Contas Anuais prestadas pelo Governador do Estado – exercícios de 2014 a 2022.

Valores de 2014 a 2022 atualizados pelo IGP-DI (médio).

O relatório da Diretoria de Contas de Governo (DGO)⁷ mostra que as seis funções com maiores despesas foram: previdência social (R\$ 9,70 bilhões), educação (R\$ 7,26 bilhões), saúde (R\$ 6,73 bilhões), segurança pública (R\$ 3,61 bilhões), judiciária (R\$ 3,58 bilhões) e essencial à justiça (R\$ 1,66 bilhões) – respectivamente 22,08%, 16,52%, 15,32%, 8,21%, 8,16% e 6,32% da despesa total do Estado.

⁷ Item 3.2.4, fl. 310.



DESPESA LÍQUIDA EM 2023



EVOLUÇÃO DA DESPESA LÍQUIDA

VALORES ENTRE 2019 E 2022 ATUALIZADOS PELO IGP-DI (MÉDIO)

R\$ 35,28 bilhões



2019

R\$ 32,43 bilhões



2020

R\$ 34,54 bilhões



2021

R\$ 42,29 bilhões

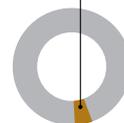


2022

R\$ 43,93 bilhões



2023



3,87%
de aumento
entre 2022
e 2023

A questão previdenciária é um problema praticamente generalizado, inclusive internacionalmente, e que merece especial atenção para que o déficit previdenciário não comprometa definitivamente a execução das políticas públicas. No nosso Estado, já consome mais de 22% de todas as despesas executadas, ou seja, mais de um quinto de tudo o que se gasta.

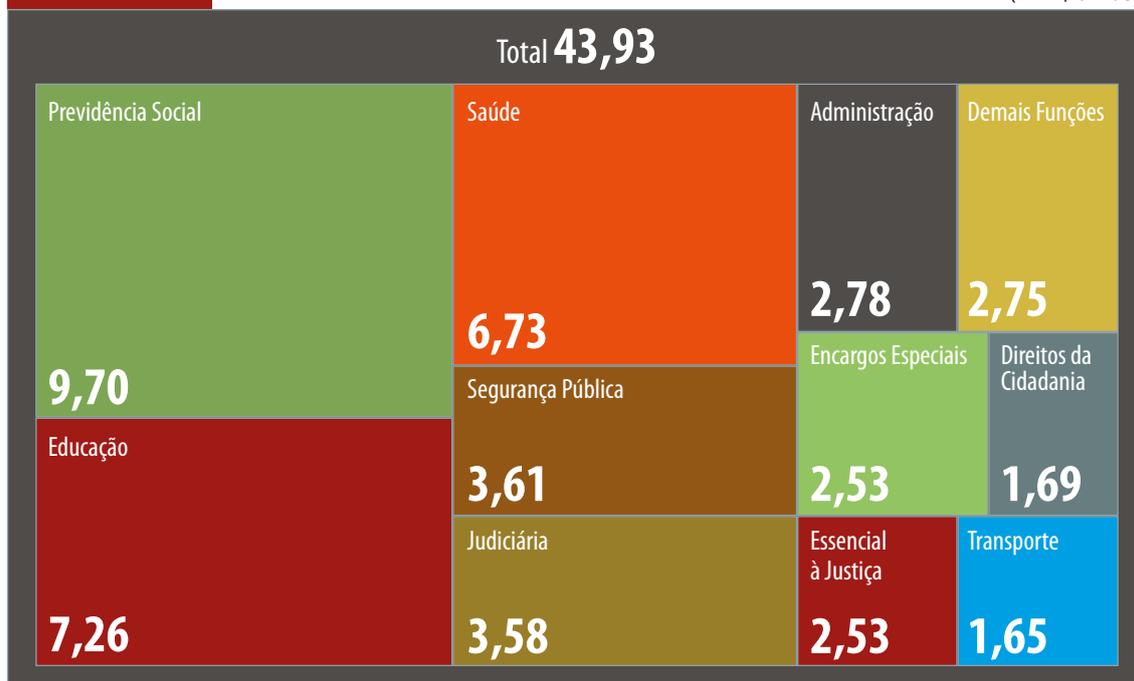
A segunda área de maior aplicação de recursos é a educação, com R\$ 7,26 bilhões – 16,52% do total de despesa.

Nesse ponto destaca-se a queda de 3,85% em relação à 2022, interrompendo uma série de aumentos anuais que vinham ocorrendo; à exceção de 2020, em razão da pandemia.

A saúde é a terceira área com maior aplicação de recursos. Em 2023, foram R\$ 6,73 bilhões, que equivalem a 15,32% da despesa total. Ainda, nesse caso, houve um aumento de 12,48% em relação a 2022, quando foram gastos R\$ 5,98 bilhões. Remetendo-se aos gastos de 2019, que foram de R\$ 4,42 bilhões, as despesas realizadas em 2023 representam uma elevação de 52,25% no último quinquênio.

GRÁFICO 2 DESPESAS POR FUNÇÃO DE 2023

(Em R\$ bilhões)



Fonte: Relatório Execução Orçamentária por Função 2023 – SIGEF/SC.

Dentre as funções que tiveram redução de gastos, destaca-se a agricultura, cujo montante de R\$ 976,84 milhões aplicados em 2023 representou uma queda de 18,91% em relação ao ano anterior, quando as despesas chegaram a R\$ 1,2 bilhão.



CONTRIBUINTES E BENEFICIÁRIOS

CIVIS

Ativos: **47.598**



Aposentados: **51.904**



Pensões Instituídas: **10.101**



MILITARES

Ativos: **12.059**



Aposentados: **11.840**



Pensões Instituídas: **3.160**

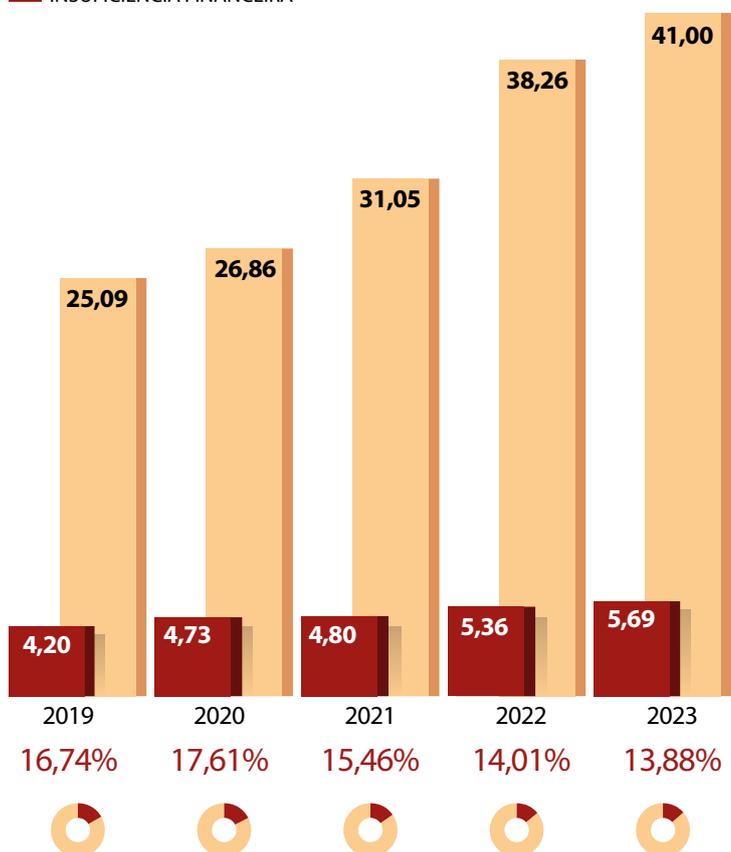


Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial nº 001/2024 (data base: 31/12/2023).

INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

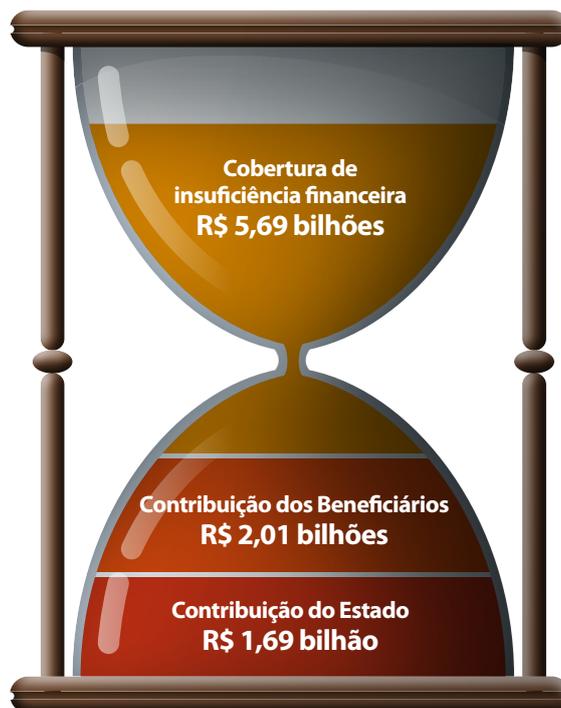
(Em R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Total

R\$ 9,39 bilhões



Fontes: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) do Fundo Financeiro/Resposta recebida via e-mail ao Ofício TC/DGO nº 02/2024.

Outra redução significativa ocorreu na função “transporte”. Nesse caso, em 2023 foram aplicados R\$ 1,65 bilhão, valor que representa uma queda de 38,87% em relação ao ano anterior, quando a aplicação chegou a R\$ 2,69 bilhões – número diretamente ligado à queda nos investimentos em obras e equipamentos.

Dentre as funções nas quais ocorreu elevação nos gastos, cabe destaque à cultura, cuja aplicação passou de R\$ 73,15 milhões em 2022 para 122,38 milhões em 2023, configurando um aumento de 67,29%; e a função “ciência e tecnologia”, na qual os valores aplicados em 2023, de R\$ 154,46 milhões, representam um aumento de 321,83% em relação ao ano anterior, quando foram despendidos R\$ 36,62 milhões.

TABELA 2
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO

(Em R\$)

Função	2019 (a)	2020 (b)	2021 (c)	2022 (d)	2023 (e)	%	% e/d	% e/a
01 Legislativa	855.877.499	724.089.082	674.051.599	783.049.812	1.052.476.630	2,40	34,41	22,97
02 Judiciária	2.627.048.767	2.459.911.276	2.351.849.106	2.854.953.013	3.584.246.094	8,16	25,54	36,44
03 Essencial à Justiça	1.209.930.633	1.057.424.313	1.123.201.149	1.410.397.916	1.655.551.364	3,77	17,38	36,83
04 Administração	2.506.818.194	2.105.293.172	2.225.292.258	2.456.327.497	2.776.388.824	6,32	13,03	10,75
06 Segurança Pública	3.570.861.120	3.062.270.085	3.022.633.046	3.564.436.080	3.607.492.108	8,21	1,21	1,03
07 Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
08 Assistência Social	109.495.486	121.193.952	113.836.008	151.785.841	131.093.919	0,30	-13,63	19,73
09 Previdência Social	8.589.122.477	8.215.372.318	7.542.702.916	8.750.716.557	9.698.966.463	22,08	10,84	12,92
10 Saúde	4.418.890.416	5.006.086.462	5.074.771.735	5.981.278.194	6.727.548.545	15,32	12,48	52,25
11 Trabalho	12.017.024	5.161.493	5.168.740	6.088.059	54.945.645	0,13	802,52	357,23
12 Educação	5.289.515.694	4.678.085.948	6.051.520.712	7.547.734.531	7.257.342.863	16,52	-3,85	37,20
13 Cultura	45.954.742	67.910.181	70.680.072	73.150.761	122.377.213	0,28	67,29	166,30
14 Direitos da Cidadania	1.447.472.797	1.331.727.613	1.214.554.800	1.542.658.557	1.692.551.504	3,85	9,72	16,93
15 Urbanismo	666.962	606.100	1.612.824	19.158.390	-	-	-100,00	-100,00
16 Habitação	15.353.033	9.023.438	8.385.192	32.634.360	22.617.281	0,05	-30,69	47,31
17 Saneamento	595.563	317.804	127.350	162.095	1.146.031	-	607,01	92,43
18 Gestão Ambiental	103.906.568	96.761.251	94.943.776	138.856.200	125.155.600	0,28	-9,87	20,45
19 Ciência e Tecnologia	46.797.347	38.090.501	35.777.067	36.615.673	154.457.171	0,35	321,83	230,06
20 Agricultura	789.934.339	740.393.444	871.805.960	1.204.673.725	976.838.981	2,22	-18,91	23,66
22 Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-
23 Comércio e Serviços	49.731.012	48.684.126	67.727.733	174.487.199	77.361.543	0,18	-55,66	55,56
24 Comunicações	4.736.344	-	-	-	-	-	-	-100,00
25 Energia	-	4.040	-	41.678	70.555	-	-	-
26 Transporte	810.683.310	727.873.915	1.081.796.147	2.691.115.476	1.645.160.310	3,75	-38,87	102,94
27 Desporto e Lazer	14.496.968	3.588.009	7.968.526	47.297.282	35.921.599	0,08	-24,05	147,79
28 Encargos Especiais	2.764.636.260	1.925.328.863	2.904.036.408	2.822.687.763	2.527.585.415	5,75	-10,45	-8,57
99 Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	35.284.542.555	32.425.197.387	34.544.443.124	42.290.306.657	43.927.295.659	100,00	3,87	24,49

Fonte: Relatório Execução Orçamentária por Função 2019 a 2023 – SIGEF/SC.

Inflator: IGP-DI (médio).

Nota: (3) Em relação ao total das despesas por função estão inclusas as despesas intraorçamentárias.

2 BALANÇO PATRIMONIAL

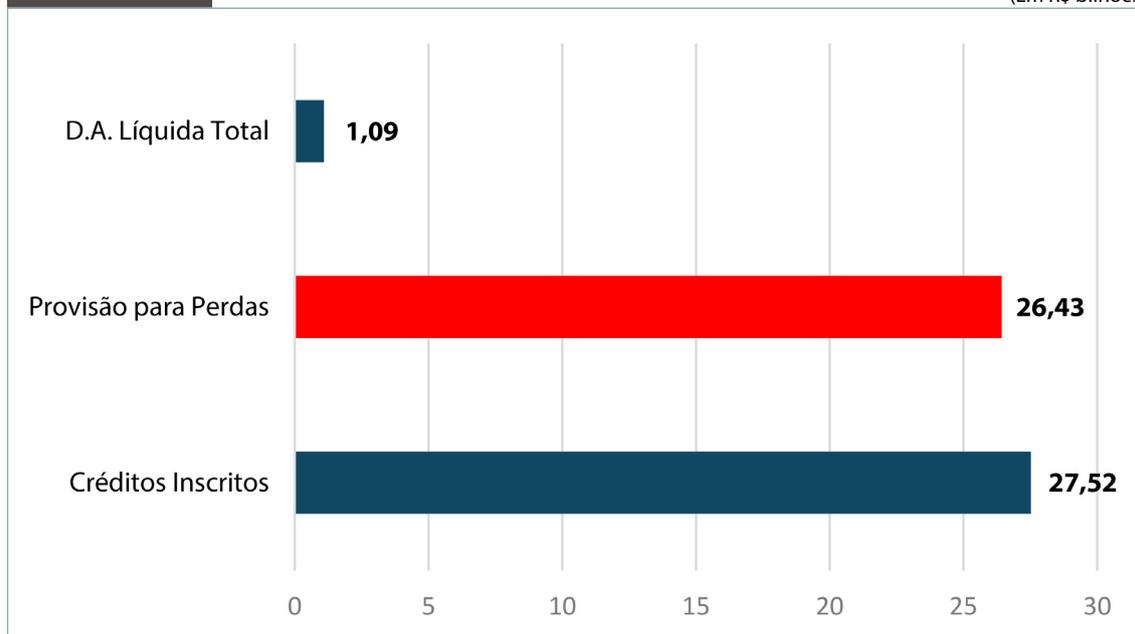
O Balanço Geral do Estado demonstra superávit orçamentário de R\$ 1,73 bilhão, evidenciando que o Estado gastou menos do que arrecadou em 2023, e um superávit financeiro de R\$ 7,53 bilhões, que significa uma folga financeira no encerramento do exercício.

Sobre a dívida ativa, que constitui créditos que o Estado tem a receber, no encerramento de 2023 apresentou um montante de R\$ 27,52 bilhões, sendo R\$ 26,67 bilhões (96,39%) de natureza tributária.

GRÁFICO 3

DÍVIDA ATIVA

(Em R\$ bilhões)

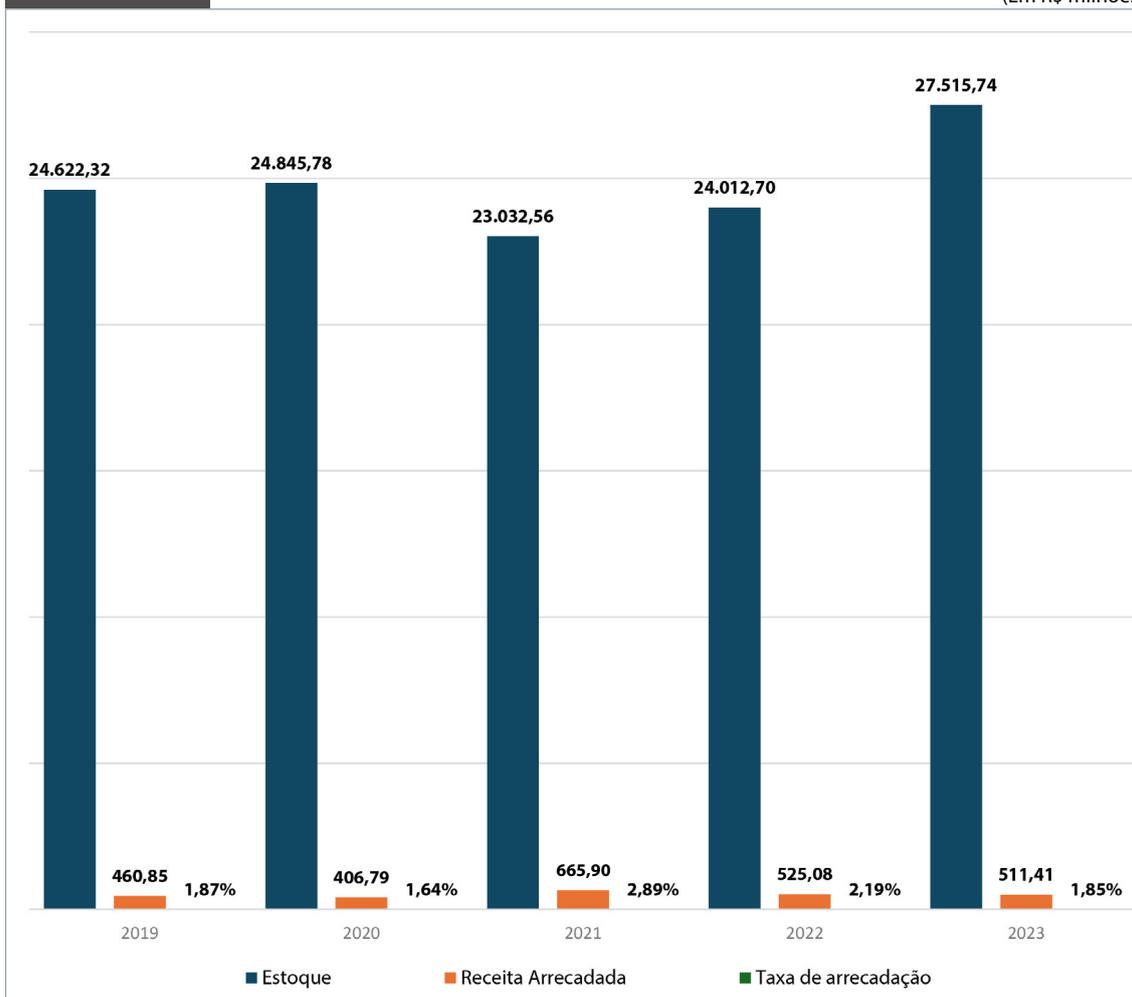


Fonte: Balanço Geral do Estado de Santa Catarina de 2023.

Os valores efetivamente cobrados em 2023 totalizaram R\$ 511,41 milhões. Essa quantia representa o segundo ano consecutivo de queda na arrecadação da dívida ativa, posto que em 2021 e 2022 foram arrecadados R\$ 665,90 milhões e R\$ 525,08 milhões, respectivamente.

GRÁFICO 4
**DÍVIDA ATIVA - ESTOQUE X ARRECADAÇÃO
 E TAXA DE ARRECADAÇÃO**

(Em R\$ milhões)



Fonte: Balanço Geral do Estado de Santa Catarina 2019-2023.
 Inflator utilizado: IGP-DI médio.

Quanto à dívida pública do Estado, a Diretoria de Contas de Governo apontou que, no exercício de 2023, o passivo total atingiu o montante de R\$ 178,08 bilhões. Isso significa um aumento de 27,39% em relação à 2021 (R\$ 129,30 bilhões), e de 12,42% na comparação com 2022 (R\$ 155,96 bilhões).

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

(Em R\$)

Dívida pública	Dezembro 2021	Dezembro 2022	Dezembro 2023
Passivo de Curto Prazo – Dívida Flutuante	18.566.204.195,22	19.373.198.875,20	21.190.752.453,77
Passivo de Longo Prazo – Dívida Fundada	110.733.037.014,00	136.588.976.098,79	156.885.724.591,54
Total	129.299.241.209,22	155.962.174.973,99	178.076.477.045,31

Fonte: Balanço Patrimonial – exercícios de 2021 a 2023.

Exclusivamente nas dívidas oriundas de empréstimos e financiamentos, o total é de R\$ 18,34 bilhões, evidenciando uma diminuição em relação ao ano anterior, quando o valor importou em R\$ 18,59 bilhões.

TABELA 4
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS REFERENTES A CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS (Em R\$)

Detalhamento	Dezembro 2022	Participação (%)	Dezembro 2023	Participação (%)
Operação de Crédito de Empréstimos – Internas	16.840.219.920,33	90,61%	16.851.764.399,18	91,86%
Operação de Crédito de Empréstimos – Externas	1.745.987.199,14	9,39%	1.493.224.206,35	8,14%
Total	18.586.207.119,47	100%	18.344.988.605,53	100%

Fonte: Balanço Patrimonial e fl. 9 do Relatório de Captação de Recursos e Dívida Pública do Estado de Santa Catarina – 3º Quadrimestre de 2023.

Nota: saldo a pagar no último dia do quadrimestre, inclui juros pró-rata das contas Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamento a Longo Prazo – Interno e Externo.

A área técnica também destacou a situação do abatimento da dívida junto à União, em razão dos valores pagos pelo Estado, para execução de obras de responsabilidade do governo federal.

3

LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Além das despesas de pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece tetos percentuais para outros limites, notadamente relacionados ao endividamento, sendo que o Estado cumpriu todos os limites exigidos pelo marco regulatório fiscal.

A LRF define que uma gestão pública fiscalmente responsável deve cumprir metas relacionadas a receita e despesa totais, resultados nominal e primário e montante da dívida pública. De acordo com a instrução técnica, em 2023 o Estado cumpriu todas as cinco metas.

TABELA 5
COMPARATIVO DAS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

(Em R\$ milhares)

Discriminação	Anexo das Metas Fiscais Lei nº 18.502/2022 (LDO)*	RREO 6º bimestre e RGF 3º quadrimestre de 2023	Atingiu a meta fixada?
Receita Total	44.119.856	45.656.076	Sim
Despesa Total	47.514.538	43.927.296	Sim
Resultado Primário “acima da linha” (sem RPPS)	652.513	2.976.756	Sim
Resultado Nominal “abaixo da linha” (sem RPPS)	441.284	2.576.155	Sim
Dívida Consolidada Líquida	22.142.471	13.660.619	Sim

Fonte: Anexo de Metas Fiscais Lei Ordinária nº 18.502, de 24 de agosto de 2022 – LDO para 2023, republicado por meio do Anexo IV da **Lei Ordinária nº 18.585, de 30 de dezembro de 2022**. Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre/2023, Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2023 e Balancete do Razão – dezembro 2023 – Consolidado Geral – SIGEF.

* Foi considerado o valor corrente⁷.

7 Conforme Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, p. 68:

Valor Corrente: Identificam os valores das metas fiscais para o exercício financeiro a que se referem, utilizando o cenário macroeconômico de forma que os valores apresentados sejam claramente fundamentados.

Valor Constante: Identificam os valores constantes que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

4 CONTROLE DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS

Durante anos, o controle das renúncias de receitas gerou embates entre os órgãos de controle externo e o Poder Executivo, devido aos reiterados obstáculos no acesso às informações. Isso impedia a fiscalização dos vultosos recursos provenientes das renúncias de receitas, situação que só avançou a partir de 2019, com a assinatura do termo de Cooperação n. 003/2019, entre o Poder Executivo e o Tribunal de Contas – inclusive com a diligente atuação do relator deste processo, Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Jr.

Dito isso, destaca-se que a Diretoria de Administração Tributária previa uma concessão de recursos tributários da ordem de R\$ 20,3 bilhões, sendo que o Balanço Geral do Estado apresenta uma renúncia efetivada da ordem de R\$ 21,65 bilhões, portanto, 6,62% superior à previsão inicial.

TABELA 6
RENÚNCIA DE RECEITA PROJETADA X ARRECADADA - 2019-2023

(Em R\$)

Ano	Projetado		Efetivado		%
	Valor (a)	Δ % ref. ao ano anterior	Valor (b)	Δ % ref. ao ano anterior	Efetivado ((b-a)/a)
2019	5.928.257.082,84	–	6.069.725.817,66	–	2,39%
2020	5.535.270.863,15	-6,63%	7.566.198.849,59	24,65%	36,69%
2021	6.349.976.792,94	14,72%	9.587.734.397,10	26,72%	50,99%
2022	14.017.705.977,82	120,75%	20.495.613.039,07	113,77%	46,21%
2023	20.300.435.526,26*	44,82%	21.645.225.892,47	5,61%	6,62%

Fonte: Balanço Geral do Estado de Santa Catarina 2019 – 2023; Volume II – Anexos do Balanço. E análise técnica.

* Conforme informação BGE/2023, Volume II, fl. 712: foi considerado o valor de R\$ 44.540.918,81 de crédito presumido concedido à CELESC, relativo ao Programa Luz para Todos, conforme previsto inciso XV do artigo 15 do Anexo 2 do RICMS/SC (Processo SEF 8821/2023). Referido montante não constou originariamente na projeção da renúncia (R\$ 20.255.894.607,44) da Lei nº 18.502/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023).

No entender deste órgão ministerial, a diferença de 6% entre a renúncia projetada e a realizada não configura gravidade suficiente para ressalva. A análise histórica evidencia que tais discrepâncias em 2022 foi de 113,77%, e esteve acima de 20% nos dois anos anteriores. Isso mostra significativa melhora neste exercício.

Sobre o assunto, reitera-se que o ponto central da questão não é a renúncia de receita em si, mas o seu controle e avaliação. Reconhece-se que a renúncia é uma prerrogativa do ente e pode ser utilizada como importante meio de desenvolvimento econômico regional no contexto da inevitável guerra fiscal de atração de investimentos empresariais. Entretanto, também indiscutível é o fato de que ela tem implicação direta nos recursos destinados a setores indispensáveis como a educação, a saúde e a segurança, razão pela qual deve ser muito bem avaliada, mediante o profundo estudo do quanto ela irá beneficiar a sociedade local. Não é tarefa fácil, mas nem por isso pode ser omitida.

Não obstante, há divergências entre os valores informados pela fazenda estadual e os portais oficiais, que ainda permanecem. Por tais razões, considerando que o controle desses números é um processo que evoluiu recentemente e exige aprimoramento constante, e, ainda, reconhecendo os avanços que vêm sendo alcançados pelo Poder Executivo, entende-se que cabe recomendação para corrigir as diferenças apontadas.

5 EDUCAÇÃO

No caso da educação, foram cumpridos todos os seus limites impostos pela Constituição e pela legislação correlata, entretanto, este órgão ministerial faz uma ressalva com relação à redução dos valores aplicados no exercício em análise. Entendemos que tal diminuição contrasta com o descumprimento de diversas metas do plano estadual de educação, algumas delas que deveriam ter sido alcançadas já em 2016. Ainda nesse ponto, o MPC/SC opina por determinação à Diretoria-Geral de Controle Externo (DGCE) para que os números da educação sejam acompanhados, no mínimo, bimestralmente, durante a execução orçamentária, com vistas à correção de rumos, se necessário for.

Destaca-se que aqui consideramos as despesas efetivamente aplicadas na Educação, que estão registradas na Função 12, da ordem de R\$ 7,25 bilhões.

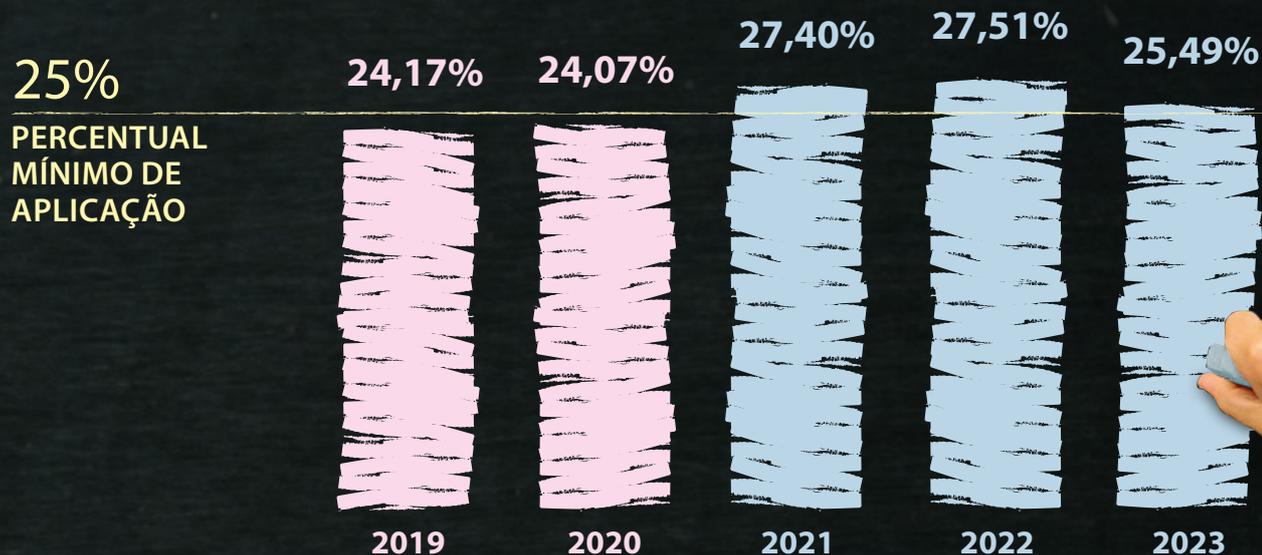
Explicamos porque pode haver confusão com o valor considerado para o cumprimento dos 25% na MDE, que foi de R\$ 9 bilhões, e está correto para o cálculo da MDE, conforme metodologia estabelecida pela STN, que por sua vez considera valores que não constituem aplicação de despesa orçamentária nenhuma, como é o caso das perdas do FUNDEB, q neste ano foram de R\$ 2,6 bilhões.



APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

ABAIXO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE APLICAÇÃO

ACIMA DO PERCENTUAL MÍNIMO DE APLICAÇÃO



FUNDEB

PARÂMETRO
Pelo menos 90%



FUNDEB

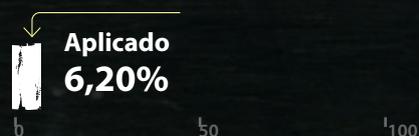
Remuneração dos profissionais da
educação básica em efetivo exercício

PARÂMETRO
Pelo menos 70%



Ensino Superior

PARÂMETRO
Pelo menos 5%

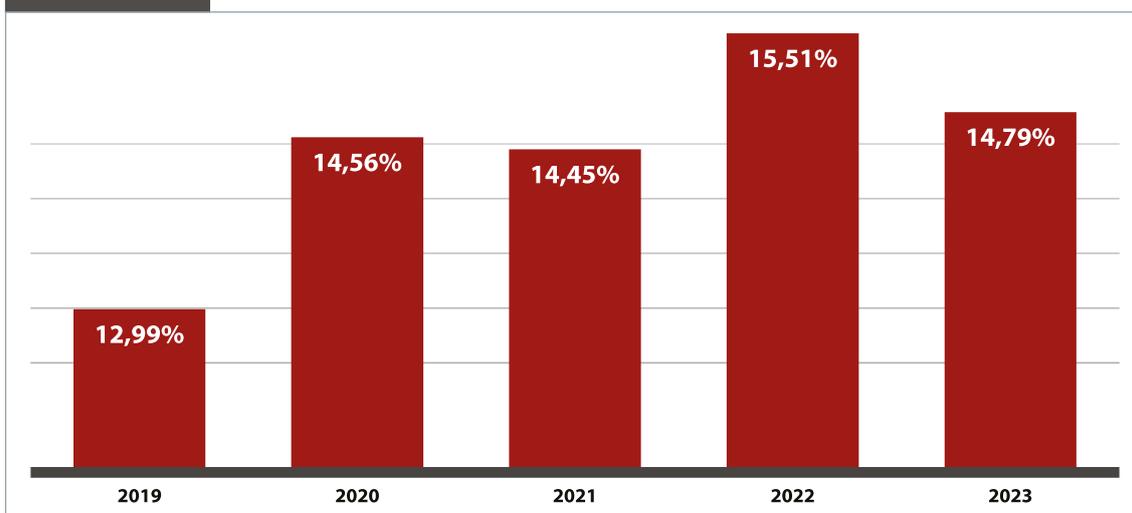


6 SAÚDE

A Diretoria de Contas de Governo (DGO) apurou que o Estado aplicou em ações e serviços públicos de saúde, em 2023, o montante de R\$ 5,28 bilhões, o que correspondeu a 14,79% da receita líquida de impostos e transferências. Dessa forma, foi cumprido o mandamento constitucional em questão, de 12%.

GRÁFICO 5

EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS EM AÇÕES DE SAÚDE



Fonte: Relatório Técnico e Parecer Prévio dos exercícios de 2019 a 2023.

TABELA 7
APLICAÇÃO EM AÇÕES DE SAÚDE POR PROGRAMA

(Em R\$)

Programa	Valor
0400 – Gestão do SUS	798.473.480,04
0410 – Vigilância em Saúde	1.492.316,80
0420 – Atenção Primária à Saúde	122.791.756,58
0430 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.703.963.945,73
0440 – Assistência Farmacêutica	104.699.079,40
0701 – Redução da Criminalidade	449.897,20
0810 – Comunicação do Poder Executivo	14.594.906,80
0850 – Gestão de Pessoas	2.265.380.612,33
0900 – Gestão Administrativa – Poder Executivo	184.979.031,34
0990 – Encargos Especiais	83.920.908,52
Total Aplicado em ASPs	5.280.745.934,74

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária na função saúde; Poder executivo; Fonte de recursos 1500100000 – SIGEF/SC.

Nas contas anuais em análise, a DGO deu atenção especial para a questão das cirurgias eletivas, amplamente divulgadas como prioridade do atual Governo. Sobre tal, aponta a diretoria técnica que, em 2023 foram aplicados R\$ 126,24 milhões por meio do Fundo Estadual de Saúde (FES) e R\$ 88,56 milhões através do Fundo Estadual de Apoio aos hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais, perfazendo um total de R\$ 214,74 milhões.

TABELA 8
VALORES EMPREGADOS EM CIRURGIAS ELETIVAS

(Em R\$)

Fundo Estadual de Saúde	Empenho	Liquidação	Pagamento
2019			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	10.257.512,58	10.257.512,58	10.257.512,58
Despesas de Exercícios Anteriores	1.175.048,19	1.175.048,19	1.175.048,19
Total	11.432.560,77	11.432.560,77	11.432.560,77
2020			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	4.000.000,00	3.705.324,12	3.705.324,12
Despesas de Exercícios Anteriores	9.078.437,95	9.078.437,95	9.078.437,95
Total	13.078.437,95	12.783.762,07	12.783.762,07
2021			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	8.593.179,23	7.531.028,52	7.531.028,52
Despesas de Exercícios Anteriores	7.176.629,10	7.176.629,10	7.176.629,10
Total	15.769.808,33	14.707.657,62	14.707.657,62
2022			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	52.089.946,93	41.674.276,42	41.620.093,98
Contribuições	37.500.000,00	30.059.984,42	24.496.280,41
Despesas de Exercícios Anteriores	5.949.868,17	5.949.868,17	5.949.868,17
Total	95.539.815,10	77.684.129,01	72.066.242,56
2023			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	101.933.956,48	81.938.539,54	81.938.539,54
Contribuições	19.311.028,00	11.027.899,39	11.027.899,39
Despesas de Exercícios Anteriores	4.990.774,05	4.990.774,05	4.990.774,05
Total	126.235.758,53	95.957.212,98	95.957.212,98
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais	Empenho	Liquidação	Pagamento

Continua...

... continuação

Fundo Estadual de Saúde	Empenho	Liquidação	Pagamento
2019			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	22.759.226,62	20.823.036,28	20.823.036,28
Contribuições	2.879.830,40	2.440.959,71	2.440.959,71
Despesas de Exercícios Anteriores	4.056.969,66	4.056.969,66	4.056.969,66
Total	29.696.026,68	27.320.965,65	27.320.965,65
2020			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	6.500.000,00	5.969.435,38	5.969.435,38
Contribuições	2.748.459,79		
Despesas de Exercícios Anteriores	6.159.516,21	6.159.516,21	6.159.516,21
Total	15.407.976,00	12.128.951,59	12.128.951,59
2021			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	12.367.601,97	8.846.280,47	8.846.280,47
Contribuições	10.000.000,00	6.106.907,06	6.106.907,06
Auxílios	2.483.771,79	2.483.771,79	2.483.771,79
Despesas de Exercícios Anteriores	1.307.973,68	1.307.973,68	1.307.973,68
Total	26.159.347,44	18.744.933,00	18.744.933,00
2022			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	10.537.125,83	5.125.257,61	5.125.257,61
Contribuições	32.777.561,97	32.774.857,41	32.774.857,41
Despesas de Exercícios Anteriores	12.327.562,58	12.327.562,58	12.327.562,58
Total	55.642.250,38	50.227.677,60	50.227.677,60
2023			
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	21.364.131,77	21.364.131,77	21.364.131,77
Contribuições	50.843.819,36	50.331.113,41	50.331.113,41
Despesas de Exercícios Anteriores	16.299.228,45	16.299.228,45	16.299.228,45
Total	88.507.179,58	87.994.473,63	87.994.473,63

Fonte: Planilha de cirurgias eletivas encaminhada pela Secretaria de Estado da Saúde – Gerência de Administração e Finanças (Anexo 23 deste Relatório de Instrução de Contas). Valores demonstrados referem-se às subações 11324 empenhada no Fundo Estadual de Saúde e 14019 empenhada no Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais.

Em comparação com o exercício anterior, quando foram aplicados R\$ 149,18 milhões, o valor representa um aumento de 69,47% na aplicação de recursos em cirurgias eletivas, demonstrando a evidente ampliação de gastos nos últimos 2 anos, o que mostra a intensificação dos esforços despendidos pelo Estado. Não obstante, o relatório mostra uma fila de espera de 93.976 pessoas, havendo casos solicitados em 2017 (399 pedidos), o que mostra a importância da continuidade dessa ampliação de esforços.

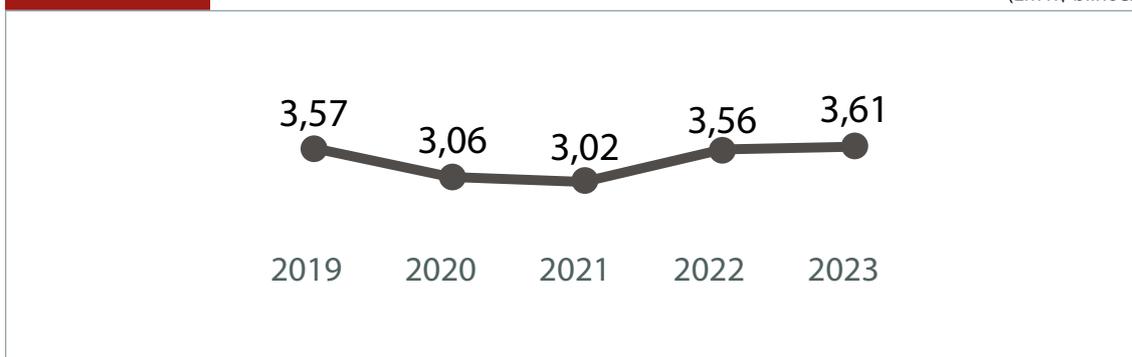
7 SEGURANÇA PÚBLICA

Nos últimos 5 anos, não houve crescimento significativo na destinação de recursos para a segurança pública. Após uma queda em 2020 (R\$ 3,06 bilhões) e 2021 (R\$ 3,02 bilhões), nos últimos 2 anos foi retomado o patamar de gastos que já era realizado em 2019 (R\$ 3,57 bilhões).

GRÁFICO 6

PRINCIPAIS DESPESAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

(Em R\$ bilhões)



Fonte: Relatório Execução Orçamentária por Função 2019 a 2023 – SIGEF/SC.
Inflator: IGP-DI (médio).

Dentro dessa temática, registram-se ainda as deficiências encontradas no sistema prisional. O MPC/SC manifesta-se por recomendação ao governo do Estado para que garanta a alocação de recursos orçamentários e financeiros, bem como estrutura de recursos humanos condizentes com o efetivo enfrentamento do alarmante quadro de violência contra a mulher no Estado. Os números mais recentes exigem atuação imediata frente às visíveis deficiências de estrutura e insuficiências financeiras demonstradas, não apenas nas presentes contas anuais, como nos processos de auditoria operacional que tratam do assunto no âmbito deste Tribunal.

8 FUNDOS ESTADUAIS

No exercício passado observou-se – a exemplo do que já vinha ocorrendo em exercícios anteriores – uma ínfima aplicação dos recursos destinados a alguns importantes fundos estaduais.

Em 2023, o Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDOSOCIAL) teve uma despesa autorizada de R\$ 982,93 milhões, dos quais realizou apenas 16,50%, na ordem de R\$ 162,21 milhões, restando um saldo de caixa de R\$ 1,02 bilhão.

TABELA 9

EXECUÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA (FUNDO SOCIAL)

(em R\$)

Programas	Valores
0100 – Caminhos do Desenvolvimento	141.833,15
0110 – Construção de Rodovias	113.253.874,57
0210 – Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Regional	31.959.441,27
0300 – Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	39.836,09
0560 – Proteção e Desenvolvimento Social Sustentável	900.000,00
0900 – Gestão Administrativa – Poder Executivo	15.913.479,61
Total	162.208.464,69

Fonte: SIGEF.

Quanto ao Fundo Estadual do Idoso (FEI), aponta a área técnica que este encerrou 2023 com um saldo de caixa de R\$ 80,99 milhões, e uma despesa autorizada de 78,89 milhões, dos quais não houve qualquer realização.

Já o Fundo Estadual de Proteção ao Meio Ambiente, ao final do exercício em tela, possuía R\$ 2,58 milhões em caixa, e dotação atualizada de R\$ 1,65 milhão, sendo que realizou despesas de, tão somente, R\$ 5,045 mil – 0,31% do autorizado.

Nesse sentido, entende-se como necessária a recomendação para que o Poder Executivo adote providências no sentido de garantir a efetiva e tempestiva utilização dos recursos desses fundos, evitando que ações públicas importantes e em áreas tão sensíveis e imprescindíveis deixem de ser desenvolvidas em razão de deficiências de gestão.

A baixa aplicação dos recursos do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) também tem sido recorrente.

Em 2023, anota a diretoria técnica que a despesa fixada para o exercício foi de R\$ 12,77 milhões, e que alterações orçamentárias durante o exercício a elevaram para uma despesa autorizada de R\$ 66,32 milhões. No entanto, continua a DGO, foram executadas despesas na ordem de R\$ 6,11 milhões.

TABELA 10
METAS PLANEJADAS PARA APLICAÇÃO COM RECURSOS DO FIA EM 2023

(Em R\$)

Ação	Subação	Valor orçado	Valor orçado atualizado	Valor executado*	Meta física prevista**	Meta física realizada
38	1955 – Capacitação continuada e integrada dos atores das políticas para crianças e adolescentes	3.231.511,00	7.368.843,05	662.400,00	600,00	587,00
39	012660 – Apoio a projetos e entidades de promoção da proteção e garantia dos direitos da criança e adolescente	6.026.317,00	48.907.267,99	5.456.720,71	6,00	860,00***
41	014920 – Controle social – efetividade e transparência – FIA	1.800.000,00	2.507.316,00	-	5,00	-
1124	015054 – Realização de campanhas para as políticas de proteção e garantia dos direitos da criança e adolescente	57.000,00	471.632,00	-	3,00	-
1238	015494 – Elaboração de estudos e planos – FIA	1.643.000,00	6.643.000,00	-	1,00	-
1239	015495 – Repasse financeiro para os Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes	10.000,00	418.011,23	-	1,00	-
Total		12.767.828,00	66.316.070,27	6.119.120,71	616,00	1.447,00

Fonte: SIGEF/SC – Módulo da Execução Orçamentária e de Acompanhamento Físico/Financeiro.

*Considerou-se como valor executado o valor empenhado.

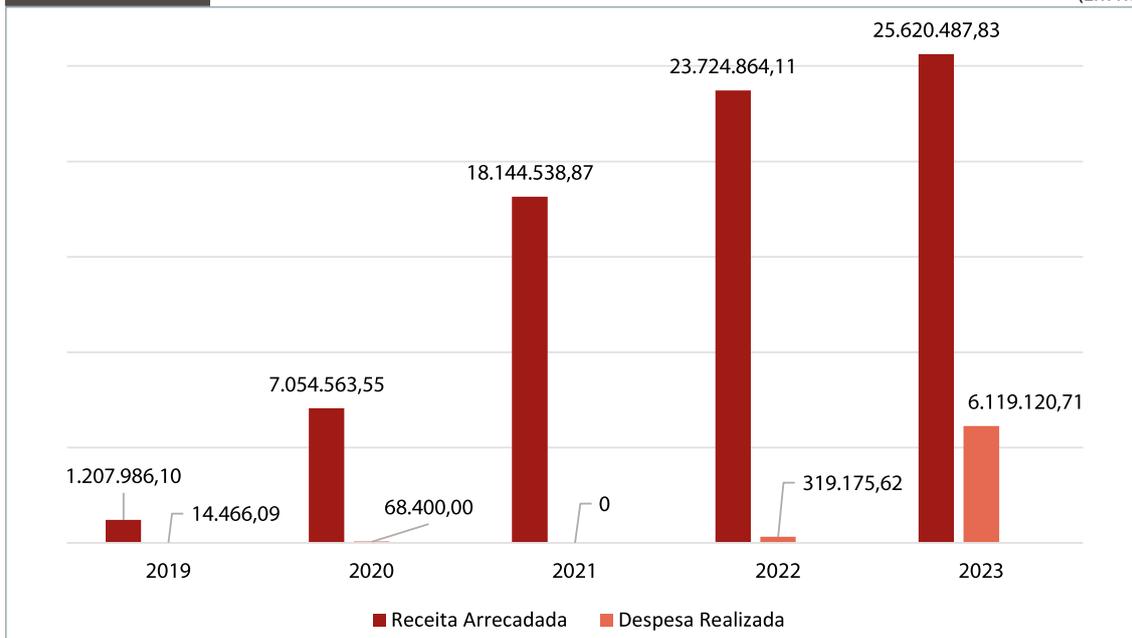
**Conforme aprovado na LOA de 2023, Lei nº 18.585/2022. Disponível em: https://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/legislações/912/Lei_18585_2022_LOA_2023_COMPLETA.pdf. Acessado em: 05/03/2024.

***Registra-se que a meta física estabelecida na LOA/2023 foi de 6,00, porém o montante informado no SIGEF foi de 860,00 (para a previsão e execução, logo 100% da execução da meta). Em contato com a GEPLA/DIOR/SEF houve informação de que “existe uma regra no SIGEF que não permite criar Objeto de Execução com Meta Física superior à planejada no PPA. Neste caso o Sistema não observou a regra. A solicitação para correção está na mesma demanda de correção do saldo”, ou seja, houve não observância a regra do sistema, causando entrada de informação divergente da aprovada na LOA e a GEPLA abriu demanda junto ao CIASC para correção da situação (informação de 05/03/2024).

GRÁFICO 7

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA). RECEITA ARRECADADA X DESPESA REALIZADA, 2019 A 2023

(Em R\$)



Fonte: SIGEF – Balanço Orçamentário da Unidade Gestora 260099, Fundo para a Infância e Adolescência, exercícios de 2019 a 2023.
*Considerou-se como valor executado o valor empenhado.

O que se observa na prática, ao longo dos últimos anos, é um claro descompasso na aplicação dos recursos angariados no interesse de crianças e adolescentes.

O fato foi objeto de apontamento nas Contas de 2011⁷, pelo qual foi atuado o PMO 12/00490824, que, por sua vez, identificou o cumprimento da determinação de aplicação tempestiva dos valores, restando posteriormente arquivado, conforme Decisão 1225/2015.

Passados alguns anos, essa omissão na aplicação de tais recursos novamente passou a ser objeto de apontamento a partir das contas anuais referentes ao exercício de 2016⁸, desde então, sem solução.

Ainda, em atenção à determinação exarada no parecer prévio referente às contas do exercício de 2019, houve autuação de processo específico para tratar do tema e, em recente decisão⁹, este Tribunal estabeleceu prazo para que a Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) apresentem plano de ação, e exarou determinações e recomendações.

Por tais razões, entende-se que a questão enseja a oposição de ressalva no parecer prévio em tela.

7 PCG 12/00175554.

8 PCG n. 17/00171094, PCG n. 18/00200720, @PCG n. 19/00311744, @PCG n. 20/00143150 e @PCG n. 21/00057779.

9 Decisão 190/2024, Sessão ordinária virtual de 07/02/2024.

9

EMPRESAS ESTATAIS

No tocante aos resultados consolidados do exercício de 2023, a instrução informa que a diferença entre a soma dos lucros (R\$ 1,48 bilhão) e a dos prejuízos (R\$ 11,08 milhões) apresenta resultado positivo, portanto, de lucro, de R\$ 1,47 bilhão.

TABELA 11
EMPRESAS QUE APRESENTARAM RESULTADO POSITIVO (LUCRO) NO EXERCÍCIO

(Em R\$)

Empresa	Resultado anual				
	2023	2022	2021	2020	2019
Badesc	80.864.632,72	70.332.324,00	66.834.727,00	12.520.289,90	44.578.232,34
Bescor	1.386.000,00	60.000,00	177.000,00	1.085.000,00	774.000,00
Casan	50.743.000,00	91.990.000,00	134.950.000,00	112.504.000,00	119.686.000,00
Ceasa	1.303.025,66	1.314.483,00	1.173.264,00	1.339.700,00	1.022.638,00
Celesc Holding	557.034.000,00	540.562.000,00	563.172.000,00	518.685.000,00	283.575.000,00
Celesc Distribuição S.A.	440.160.000,00	403.099.000,00	385.205.000,00	409.048.000,00	198.173.000,00
Celesc Geração S.A.	95.654.000,00	113.774.000,00	165.808.000,00	81.909.000,00	74.262.000,00
Ciasc			3.239.000,00	191.000,00	8.117.000,00
Cidasc	1.548.245,00		304.261,00		
Cohab			6.418.387,00		
Epagri			469.072,00	9.069.472,00	
Iazpe		1.269.545,02			
Sapiens Parque S.A.	6.994.000,00	17.777.000,00	8.741.000,00		
SCGás	156.299.000,00	169.638.000,00	162.728.000,00	70.357.000,00	81.107.756,00
SCPar	23.719.035,70	13.581.644,00	15.841.311,54		7.220.571,74
SCPar Porto de Imbituba S.A.	37.817.000,00	103.071.000,00	12.882.000,00	10.381.000,00	36.992.000,00
SCPar Porto de São Francisco	29.764.000,00	5.953.117,00		2.098.000,00	3.916.027,23
Total	1.483.285.939,08	1.532.422.113,02	1.527.943.022,42	1.229.187.461,90	859.424.225,31

Fonte: Ofícios e documentos remetidos pelas Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas.

TABELA 12
**EMPRESAS QUE APRESENTARAM RESULTADO NEGATIVO
(PREJUÍZO) NO EXERCÍCIO**

(Em R\$)

Empresa	Resultado anual				
	2023	2022	2021	2020	2019
Ciasc	-6.173.000,00	-3.501.000,00			
Cidasc		-15.059.502,00		-6.910.019,00	-9.425.009,00
Cohab	-736.199,00	-9.084.027,00		-1.981.228,00	-2.348.595,20
Epagri	-118.261,00	-12.140.203,00			-7.453.255,00
Iazpe	-48.300,19		-125.641,14	-1.740.703,81	-107.300,86
Invesc	-112.000,00	-77.524,23	-90.859,76	-790.084.000,00	-803.120.000,00
Hidrocaldas	-3.622.856,60	-2.497.522,37	-1.208.563,00	-1.389.879,70	
Santur	-268.452,00	-233.755,99	-5.577,62	-137.189,00	-116.639,00
Sapiens Parque S.A.				-2.760.000,00	-10.540.000,00
SCPar				-16.192.622,43	
SCPar Porto de São Francisco			-21.962.000,00		
Total	-11.079.068,79	-42.593.534,59	-23.392.641,52	-821.195.641,94	-825.657.544,06

Fonte: Ofícios e documentos remetidos pelas Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas.

Nesse ponto, destaca-se as empresas que apresentaram os maiores lucros, como a CELESC Holding (R\$ 557,03 milhões), a CELESC Distribuição (R\$ 440,16 milhões) e a SCGás (R\$ 156,30 milhões).

10 CONTROLE INTERNO - CGE

Um ponto que merece atenção singular nas presentes contas é a estrutura da Controladoria-Geral do Estado (CGE). Conforme bem apontado pela DGO, em que pesem os inegáveis avanços que significaram a constituição da CGE, o órgão central do sistema de controle interno do poder executivo até hoje atua sem uma regulamentação básica.

A norma que o criou em 2019⁷ prevê lei específica para regulamentação de suas competências, estrutura e funcionamento, sendo que até hoje o projeto não foi encaminhado ao Palácio Barriga Verde. Considerando a importância do controle interno para a coisa pública e o próprio funcionamento dos Tribunais de Contas, considera-se de máxima importância o devido acompanhamento do assunto, também ao longo do atual exercício, a partir de necessária recomendação neste parecer prévio.

7 Art. 25 da lei Complementar estadual n. 741/2019.

11 CONCLUSÃO

Para o Ministério Público de Contas, esses são os pontos que exigem especial atenção neste processo e que constam nas recomendações e ressalvas inseridas no parecer, em prol da boa governança pública e da melhoria constante da qualidade de vida dos cidadãos catarinenses, que são, ao fim e ao cabo, os destinatários finais de todas as ações perpetradas na gestão governamental e que estão agora sob análise deste Tribunal de Contas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DE CONTAS**

SANTA CATARINA

<http://www.mpc.sc.gov.br>

comunicacao@mpc.sc.gov.br